

Diálogo franco

Con. Brasil
HORÁCIO CHERKASSKY

O governo, por intermédio da equipe econômica encarregada da execução do plano de estabilização, sinaliza claramente com a possibilidade de adotar medidas capazes de reduzir os efeitos perversos da recessão. Uma necessidade premente se levarmos em conta a difícil situação do setor industrial, pressionado por juros exorbitantes que reduzem a demanda interna e encarecem os investimentos, por uma excessiva tributação e pela impossibilidade de o mercado absorver o aumento de custos nos preços de venda.

Os sinais de correção de rota, saudados com entusiasmo em face do alívio que podem possibilitar, são confirmados, além da equipe econômica, pela área política, na afirmação do ministro Jarbas Passarinho, segundo a qual "o governo não ficará preso ao conservadorismo imobilista."

Os contatos de empresários com a ministra da Economia têm revelado uma nova face: a do diálogo franco, quando os empresários transmitem as reais dificuldades de suas empresas premidas pela recessão que tende a se agravar. Estão aí, num sintoma visível, os dados de janeiro levantados pela Fiesp, que apontam índices de desemprego acentuados, os mais graves da última década. A situação é mais inquietante ainda quando se verifica que as indústrias que investem, se modernizando e criando empregos, acabam sendo mais penalizadas nessa conjuntura adversa, em que a rígida política monetária e outros fatores utilizados na guerra contra a inflação provocam forte desaquecimento da demanda.

Em recente encontro com a ministra da Economia, pudemos apontar as dificuldades presentes e constatar a boa vontade da equipe econômica em adotar medidas que possam reduzir os efeitos adversos do processo recessivo. São muitas as causas de aflição do setor produtivo, que já utiliza a válvula da exportação para compensar a redução da de-

manda interna e vê o mercado internacional em ebulição afetado pelos conflitos do Golfo.

Por isso ganha importância fundamental a retomada do diálogo franco e produtivo entre governo e empresários, todos preocupados em eliminar distorções para a retomada do crescimento nacional. Um dos caminhos que reputamos imperativo é a retomada dos estímulos à exportação para assegurar a operação das fábricas e a manutenção dos empregos.

Outros problemas reclamam solução de curto prazo. Vejamos: as altas taxas de juros estão provocando a descapitalização. Juros altos pressionam preços que elevam a inflação e reduzem a demanda, além de provocar o adiamento dos investimentos programados.

A questão da tributação é outro problema. Na indústria de papel e celulose, por exemplo, os impostos e contribuições sociais chegam a 41,03% do valor das vendas brutas ao mercado interno. Ou seja: para cada Cr\$ 100,00 de venda a empresa recolhe Cr\$ 41,03. No caso das exportações são 18,38%. Agrava a situação o crescimento assustador, nos últimos quatro anos, da incidência de encargos: de 6% em 1988, o IR sobre a receita das exportações subiu para 30%. Outros impostos também cresceram, mas o risco maior está na constatação de que os custos dos investimentos no Brasil chegam a embutir até 37% de carga tributária, reduzindo a competitividade de nossos produtos no Exterior.

Os encargos sociais pagos pelas empresas representam 73,5% do ordenado do empregado mensalista e 105% do horista. E, finalmente, a distorção representada pelos custos portuários e fretes que giram ao redor de 21% do valor FOB do produto exportado e são quatro vezes superiores ao valor médio dos custos nos países industrializados. São alguns dos problemas que merecem ser discutidos francamente entre governo e empresários na busca de soluções que levem a retomada do crescimento nacional.

□ *Horácio Cherkassky é presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose*



SÃO PAULO
1991
JAN 1991